

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-07-10

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Santos, M. H. (2010). Déficit de género ou déficit democrático?: Explicações da/os deputada/os para a subrepresentação das mulheres na política. In Maria José Magalhães, Manuela Tavares, Salomé Coelho, Manuela Góis, Elisa Seixas (Ed.), *Quem tem medo dos feminismos?: Congresso Feminista 2008 : Actas.* (pp. 207-221). Funchal: Nova Delphi.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Santos, M. H. (2010). Déficit de género ou déficit democrático?: Explicações da/os deputada/os para a subrepresentação das mulheres na política. In Maria José Magalhães, Manuela Tavares, Salomé Coelho, Manuela Góis, Elisa Seixas (Ed.), *Quem tem medo dos feminismos?: Congresso Feminista 2008 : Actas.* (pp. 207-221). Funchal: Nova Delphi.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Défice de género ou défice democrático? Explicações da/os deputada/os para a sub-representação das mulheres na política

Maria Helena Santos

Resumo: Apesar das várias acções e medidas adoptadas, sobretudo nas últimas décadas, e de já haver mais diversidade, continua a verificar-se um défice de género na política, a nível mundial. Nesta comunicação, apresentamos alguns resultados de um estudo¹, realizado com deputado/as dos principais partidos políticos portugueses, mostrando o tipo de discursos que emergem quando se trata de explicar as razões para a sub-representação das mulheres na política, no caso português.

Palavras-chave: discriminação, género, política, mérito.

Défice de cidadania: um primeiro e longo combate pelo direito ao voto e à elegibilidade

As mulheres estiveram privadas de direitos civis e políticos até meados do século XX na maior parte dos países ocidentais². No início do século XX eram poucas as mulheres que podiam votar, a nível mundial, e ainda menos as que podiam ser eleitas³. Actualmente, excepto a Arábia Saudita⁴, todos os países acordam o direito de cidadania política às mulheres.

Na Europa, as finlandesas foram as primeiras a verem reconhecido o direito de voto, em 1906, e também foram as primeiras, no mundo, a poderem candidatar-se ao Parlamento, nas eleições de 1907⁵. A maior parte dos países da União Europeia (UE) acordou o voto às mulheres após a primeira e a segunda guerra mundiais⁶. Portugal foi o último país a fazê-lo, acordado o voto às mulheres, sem quaisquer restrições em 1974, exercendo o seu direito em 1976.

¹ Realizado no âmbito da tese de doutoramento, sob a orientação de Lígia Amâncio, Professora Catedrática, docente do Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE/CIS.

² NASH, Mary (2005). *As Mulheres no mundo. História, desafios e movimentos* (Liliana R. Pereira, Trad.) Lisboa, Editora Ausência. (Obra original publicada em 2004).

³ HAUSE, C. Steven (2004). "Suffrage et représentation politique des femmes (1920-1944)", in Eliane GUBIN, Catherine JACQUES, Florence ROCHEFORT, Brigitte STUDER, Françoise THEBAUD, & Michelle ZANCARINNI-FOURNEL (Org.), *Le siècle des féminismes*. Paris: Editions de l'Atelier, pp. 179-193.

⁴ GASPARD, Françoise (2006).

⁵ PINTAT, Christine (1997), "Les femmes dans les parlements et dans les partis politiques en Europe et en Amérique du Nord", in Fauré Christine (Eda.), *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*. Paris: PUF, pp.793-816.

⁶ HAUSE, C. Steven (2004). "Suffrage et représentation politique des femmes (1920-1944)", in Eliane GUBIN, Catherine JACQUES, Florence ROCHEFORT, Brigitte STUDER, Françoise THEBAUD, & Michelle ZANCARINNI-FOURNEL (Org.), *Le siècle des féminismes*. Paris: Editions de l'Atelier, pp. 179-193.

Hoje, apesar de praticamente todos os países acordarem o direito de cidadania política às mulheres, tal não assegura a sua real participação na vida política⁷. O *site* da *Union Interparlementaires* mostra que, apesar dos debates em torno desta questão⁸, em 2008, a média mundial da presença de mulheres na política é de apenas 18%. A classificação dos 188 países demonstra que não podemos estabelecer ligações entre a antiguidade do sufrágio universal, o nível de desenvolvimento económico de cada país e a feminização do corpo legislativo. Por exemplo, o Ruanda lidera a lista, com 48.8% de mulheres no Parlamento, seguindo-se a Suécia (47%) e Cuba (43,2%). A Suíça surge em 24º lugar do *ranking* mundial (28,5%) e Portugal em 25º (28,3%).

É nos países do norte da Europa e na Espanha que as mulheres estão mais bem representadas (Figura 2)⁹. Portugal também subiu na escala nos últimos anos, e está em 9º lugar, a 10 lugares da França, apesar de ter adoptado a Lei da Paridade antes da Espanha, em 2000¹⁰.

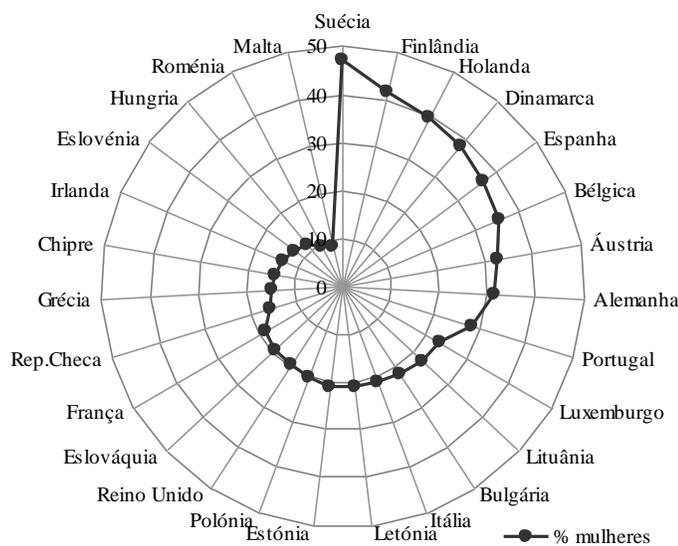


Figura 1: Percentagem de mulheres nos parlamentos nacionais dos estados-membros da UE

Ao compararmos as médias totais das figuras 1 e 2, vemos que a participação das mulheres nos parlamentos nacionais é inferior (23,6%) à sua participação no Parlamento Europeu (PE, 30,3%). A maior parte dos países (e.g., Eslováquia, Eslovénia e França) está representada na UE

⁷ GASPARD, Françoise (2006).

⁸ Gubin Eliane et al. (2004).

⁹ Ver o *site* da *Union Interparlementaires*, excepto a percentagem de mulheres no Parlamento italiano, disponível no *site* do Parlamento: <http://www.camera.it/deputatism/20952/documentotesto.asp> [consultado em 29 de Maio].

¹⁰ SINEAU, Mariette (1991). "Direito e democracia", in George DUBY, & Michelle PERROT (Orgs.), *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Porto: Afrontamento, Cap.5, pp.551-581.

por uma percentagem de mulheres superior às das percentagens existentes dentro dos parlamentos nacionais; numa parte, o cenário inverte-se (e.g., Bélgica, Finlândia, Portugal), e noutra há alguma constância eleitoral (e.g., Itália, Letónia). Não há mulheres a representar Malta e o Chipre no PE.

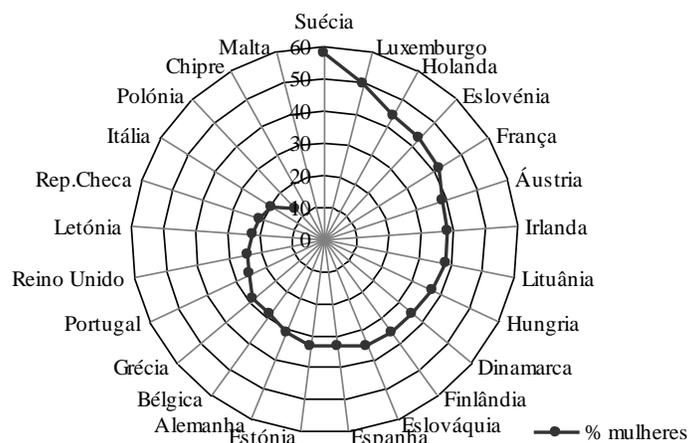


Figura 2: Percentagem de mulheres no Parlamento Europeu por país

A nível do poder local, a representação das mulheres é ainda mais baixa. Em Portugal, numa análise de três eleições (1993, 1997 e 2001), Albertina Jordão¹¹ mostrou que a evolução da representação feminina nos órgãos do poder local ainda é bastante inexpressiva.

Relativamente aos mais altos cargos de tomada de decisão¹², nos 198 países existentes, há 15 mulheres: nove chefes de Estado¹³ e seis chefes do Governo¹⁴. Nos 27 estados-membros da UE há apenas cinco mulheres à frente de partidos¹⁵, entre as quais Manuela Ferreira Leite eleita Presidente do PSD a 31 de Maio¹⁶.

¹¹JORDÃO, Albertina (2005).“Elites Discriminadas” da Democracia Local. Comunicação apresentada num Seminário. Faro: Instituto da Juventude.

¹² Ver o *Diário de Notícias* de 17 de Janeiro de 2006; Gaspard, 2006; Relatório redigido pela eurodeputada socialista Ana Gomes, e aprovado pelo Parlamento Europeu, a 16 de Novembro de 2006, sobre as mulheres na política internacional; Ángeles Caso, no *Courrier International* de 12 a 18 de Janeiro de 2007, sobre o Poder no Feminino.

¹³ São elas Michelle Bachelet, Presidente do Chile, Tarja Halonen, Presidente da Finlândia, Ellen Johnson-Sirleaf, Presidente da Libéria, Gloria Arroyo, Presidente das Filipinas, Mary McAleese, Presidente da Irlanda, e Vaira Viķe-Freiberga, Presidente da Letónia.

¹⁴ Angela Merkel, Chanceler da Alemanha, Helen Clark, Primeira Ministra da Nova Zelândia, Begum Khaleda Zia, do Bangladesh, Luísa Dias Diogo, de Moçambique; Portia Simpson-Miller, da Jamaica; e Han Myung Sook, da Coreia do Sul.

¹⁵ Em Portugal, Manuela Ferreira Leite (PSD); na Alemanha, Angela Merkel (CDU); na Bélgica, Marianne Leonie Petrus Thyssen, partido democrata-cristão flamengo; em Itália, Michela Vittoria Brambilla, Associação Nacional Círculo da Liberdade; e, na Polónia, Anna Kornacka, Partido das Mulheres.

¹⁶ ALMEIDA, São José (2008, 11 de Junho). “O restrito mundo das mulheres líderes de partidos políticos”. *Jornal Público*, Caderno P2, 6646, 7.

Quanto ao PE, só houve duas mulheres, francesas, no cargo de Presidente: trata-se de Simone Veil (1979-1982)¹⁷ e de Nicole Fontaine (1999-2002). Nos países da UE também já houve algumas mulheres na presidência (e.g., na Alemanha, Áustria e Finlândia). Em Portugal, Maria de Lourdes Pintasilgo foi a única mulher a desempenhar o cargo de “Primeiro-Ministro”¹⁸.

Cidadania das mulheres portuguesas: direitos políticos

Para o Direito português, a igualdade de género, é um conceito com cerca de três décadas. A ordem jurídica atribuía estatutos diferentes às mulheres e aos homens, sendo a existência daquelas regulada ao nível da família, do trabalho e da política¹⁹. Só com o 25 de Abril, foi colocado um termo a esta desigualdade instituída na lei e foi instaurada a democracia, sendo abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral da/os cidadã/os, com a aprovação da Constituição, em 1976.

Em 1977, a Assembleia Nacional compreendia nove deputadas (6%), num total de 148 mandatos²⁰. Começando por ser irrisória (ver Figura 3), há uma subida da percentagem de deputadas em 1995, tendo o seu número mais do que duplicado entre 1995 e 2008²¹. Esta evolução resulta de diversas acções²² decorrentes, nomeadamente, da ratificação da CEDAW²³ e da 4ª Revisão da Constituição, realizada em 1997²⁴, mas também se deve certamente a uma alteração no comportamento dos partidos políticos face ao recrutamento, influenciado pela

¹⁷ PINTAT, Christine (1997).

¹⁸ SOUZA, Maria Reynolds (2005). Cronologia da vida e da obra de Maria de Lourdes Pintasilgo. *Ex-aequo, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*. Um legado de cidadania: Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo, n.º12, pp. 45-57.

¹⁹ AMARAL, Lúcia (1998). “Igualdade entre homens e mulheres e participação política feminina”, in Vitalino Canas; Joana Barros; Jorge Miranda; Leonor Beleza; Lúcia Amaral; Lúcia Duarte, & Vital Moreira. (Org.). *Democracia com mais Cidadania: A Questão da Igualdade de Participação Política*, Lisboa: INCM, pp. 23-28.

²⁰ Idem.

²¹ Ver site da *Union Interparlementaires*.

²² CANAS, Vitalino; BARROS, Joana; MIRANDA, Jorge; BELEZA, Leonor; AMARAL, Lúcia; DUARTE, Lúcia, & MOREIRA, Vital (1998). (Org.), *Democracia com mais Cidadania: A Questão da Igualdade de Participação Política*, Lisboa: INCM.

²³ Nos anos 80 e 90, nomeadamente, devido à ratificação da CEDAW (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*), em 1979, ou a documentos, como a Plataforma de Acção de Pequim, começou a haver uma maior evolução relativamente à questão da desigualdade de género na partilha do exercício do poder e na tomada de decisão, a todos os níveis, devendo os governos promover uma política mais activa e visível de incorporação da perspectiva de género em todas as políticas e programas.

²⁴ A partir desta data, com o artigo 109.º, a Constituição Portuguesa passou a inserir-se na classe das constituições que contêm medidas de acção positiva para a promover a participação política das mulheres.

discussão sobre a “Lei das Quotas”²⁵, em 1998/99²⁶, e a “Lei da Paridade, promulgada em 2006”²⁷, que podem ter servido para despertar as consciências²⁸ sobre o défice de género.

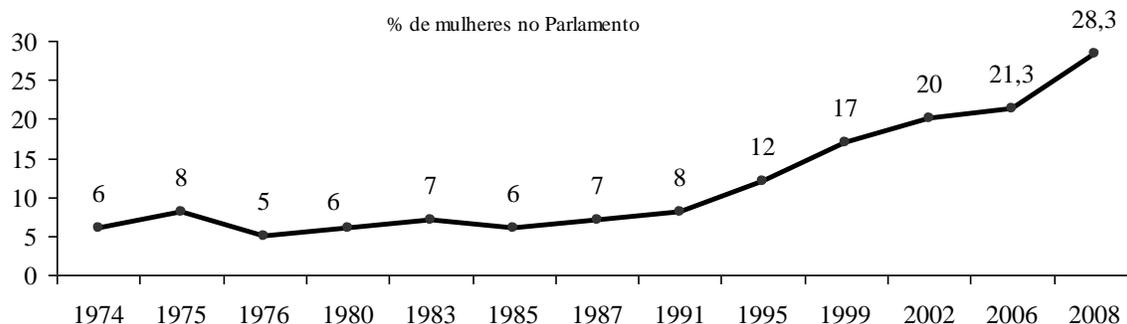


Figura 3: Percentagem de deputadas no Parlamento Nacional

Factores explicativos do défice de género

Têm sido apontados vários “factores de expulsão”²⁹ das mulheres da política, ou obstáculos informais invisíveis, que existem a nível vertical e horizontal e que podem contribuir para o défice de género³⁰ e justificar as diferenças existentes entre países, nomeadamente: factores socioeconómicos, culturais, institucionais³¹, ideológicos³² (e.g, a ideologia meritocrática³³, dominante na sociedade Ocidental³⁴ e a ideologia de género³⁵ têm implicações

²⁵ Proposta de Lei n.º 194/VII, votada na Assembleia da República, em Março de 1999.

²⁶ VIEGAS, José Manuel & FARIA, Sérgio (2001), *As Mulheres na política*. Oeiras: Celta Editora.

²⁷ Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto, o Decreto N.º 72/X, 2006. A Lei da Paridade estabelece que as listas de candidatos para as eleições para a Assembleia da República, o Parlamento Europeu e as autarquias locais devem ser compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. Também prevê regras de classificação, devendo cada terceiro/a candidato/a na lista ser do sexo oposto (quota dupla).

²⁸ FREIRE, André (2003). “Recrutamento parlamentar e reforma das instituições”, in A. C. Pinto & A. Freire (Orgs.), *Elites, sociedade e mudança política*. Oeiras: Celta Editora, pp. 181-216.

²⁹ BETTENCOURT, Ana Maria e PEREIRA, Margarida Silva (1995). *Mulheres Políticas: as Suas Causas*. Lisboa: Quetzal Editores, p.11.

³⁰ EAGLY, Alice. H., & Diekman, Amanda. B. (2006). “Examining gender gaps in sociopolitical attitudes: It’s not Mars and Venus”. *Feminism & Psychology*, n.º16, pp. 26-34.

³¹ NORRIS, Pippa & INGLEHART, Ronald (2001), “Women and Democracy: Cultural obstacles to equal representation.” *Journal of Democracy*, n.º 12, pp. 126-140.

³² SANTOS, Maria Helena & AMÂNCIO, Lígia (2006). “Democracia e género: A sub-representação das mulheres na política e as medidas de acção positiva”, in N.R. Santos, M.L. Lima, M.M. Melo, A.A. Candeias, M.L. Grácio, & A. A. Calado (Orgs.), *Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Évora: Universidade de Évora.

³³ SANTOS, Maria Helena & AMÂNCIO, Lígia (2007). “Reacções às acções positivas - o olhar da psicologia social do género”. In Maria Benedicta MONTEIRO, Manuela CALHEIROS, Rita JERÓNIMO, Carla MOURO, & Patrícia DUARTE (Orgs.), *Percursos da investigação em Psicologia social e organizacional*. Lisboa Edições Colibri, Vol. II, pp.57-74.

³⁴ PALACIOS, María S. Gálvez (2004). *Consecuencias de la discriminación en función de la movilidad social y el género*. Tesis doctoral. Manuscrito no publicado. Universidad de Granada.

potencialmente negativas para as mulheres, nomeadamente devido ao sexismo³⁶ existente, embora de forma mais subtil), a própria ideologia política³⁷ e factores psicológicos, como é o caso do o *efeito da negação da discriminação pessoal*³⁸, identificado por vários autores³⁹.

Explicações da/os deputada/os para a sub-representação das mulheres na política

No âmbito de um projecto de investigação, realizámos um estudo com entrevistas biográficas a 11 deputadas e 9 deputados, em actividade nos partidos políticos portugueses com representação parlamentar (3 do BE, 2 do PEV, 3 do PCP, 7 do PS, 4 do PSD e 1 do CDS/PP), com idades entre os 28 e os 62 anos ($M=45,95$; $DP=11,52$).

Aqui, apresentamos alguns resultados deste estudo, com o intuito de mostrar os discursos adoptados pela/os deputada/os, quando se trata de explicar as razões para a sub-representação das mulheres na política, no caso português⁴⁰.

Nesta análise, realizada com o *software Alceste 4.7*⁴¹ (Image, 2005)⁴², consideramos:

³⁵ HUDDY, Leonie & TERKILDSEN, Nayda (1993). The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of office. *Political Research Quarterly*, n. °46, pp. 503-525. Ver também HUDDY, Leonie & TERKILDSEN, Nayda (1993). Gender stereotypes and the perception of male and female candidates. *American Journal of Political Science*, n.° 37, pp. 119-47.

³⁶ GLICK, Peter, & FISKE, Susan (1996). “The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism”. *Journal of Personality and Social Psychology*, n. ° 70, 491-521.

³⁷ ESPÍRITO-SANTO, Ana (2006). “Para além das cerejas.... As mulheres nos principais partidos políticos portugueses”, *Dissertação de Mestrado*. Lisboa: ISCTE.

³⁸ CROSBY, Faye (1982). *Relative deprivation and working women*. Oxford: Oxford University Press.

³⁹ Neste caso, caracteriza-se pelo facto de as mulheres perceberem uma maior discriminação contra as mulheres, em geral, do que a elas próprias, o que pode ser um obstáculo à mobilidade das mulheres, visto que como não se sentem visadas, não se mobilizam em acções para a mudança, por exemplo.

⁴⁰ Usámos a técnica designada “bola de neve”, isto é, à medida que se faziam as entrevistas, pediam-se mais alguns contactos, para assegurar entrevistas de deputada/os de todos os partidos políticos com assento parlamentar. Estas foram todas realizadas na Assembleia da República, entre Dezembro de 2006 e Junho de 2007, e demoraram entre 40 minutos a 3:45 horas. O número de entrevistados é, aproximadamente, proporcional aos partidos, à excepção do CDS/PP, porque, apesar dos esforços nesse sentido, não conseguimos realizar mais entrevistas.

⁴¹ REINERT, Max (1998). “Quel objet pour une analyse statistique de discours? Quelques réflexions à propos de la réponse Alceste”, in S. Mellet (Ed.), *JADT 1998*. 4^{èmes} Journées Internationales d’Analyse Statistique des Données Textuelles. Nice: Université de Nice-Sophia-Antipolis, pp. 557-569.

⁴² O *Alceste* é uma metodologia de análise de dados qualitativos adequada a todos os domínios de investigação em que se pretenda analisar material textual, especificamente quanto à sua composição lexical e estruturação temática. Assim, pode aplicar-se a dados resultantes de diversos procedimentos (e.g., as entrevistas) que tenham por base a linguagem verbal. O principal objectivo da análise *Alceste* é identificar a organização interna do/s discurso/s existentes nesses textos. Permite isolar *classes lexicais* (conjuntos de palavras co-ocorrentes) de acordo com o tipo de vocabulário, a dispersão, a ocorrência e co-ocorrência de palavras nos contextos discursivos produzidos pela/os entrevistada/os. Ver por exemplo, SOARES, Célia (2005). “Em torno do pensamento social e do conhecimento do senso comum. A aplicação da metodologia Alceste em contextos discursivos distintos”, in A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuino, S. M. Nóbrega (Orgs.), *Perspectivas Teórico-Metodológicas em Representações Sociais*. João Pessoa, Brasil: Editora Universitária – UFPB, pp.541-571.

- 1) o sexo da/os entrevistada/os: *feminino [f]* *masculino [m]*,
- 2) a ideologia: *esquerda* (BE, PEV, PCP, PS), *direita* (PSD, CDS/PP);
- 3) duas questões: **(I)** Quando olhamos para a representação de homens e mulheres na política, verificamos que existe uma grande diferença numérica. O que acha desta situação? [*avaliacao_sit*] **(II)** Por que é que acha que esta situação acontece? Por razões que têm a ver com as mulheres, com os homens, com o mundo da política ou com a sociedade, em geral? [*justifica_sit*]

Os resultados, obtidos através de uma das técnicas do *Alceste* (classificação hierárquica descendente), revelaram uma estrutura temática centrada em 4 classes temáticas emergentes dos seus discursos, designadas de acordo com o vocabulário que melhor as caracteriza⁴³. A distribuição das 4 classes permite-nos distinguir uma estrutura global dos discursos sobre o défice de género na política, de acordo com três momentos principais (ver Figura 4): **(1)** traduz a proximidade e a associação temática entre as *classes 1* e *3*, remetendo para a justificação da situação de sub-representação das mulheres na política; **(2)** a *classe 2* agrega-se à estrutura temática anterior, remetendo para a mesma questão; **(3)** e a *classe 4* reporta-se à avaliação da situação e agrega-se às restantes classes, visto que as duas questões estão interligadas.

Classe 1 45.85% das u.c.e.'s (94)		Classe 3 20.98% das u.c.e.'s (43)		Classe 2 16.10% das u.c.e.'s (33)		Classe 4 17.07% das u.c.e.'s (35)	
Palavra	X ²	Palavra	X ²	Palavra	X ²	Palavra	X ²
homens	27.52	entr+	26.19	cultur+	54.79	género+	40.44
partidos_políticos	14.72	homem	23.08	histór+	49.06	homens_mulheres	24.50
não_s+	13.37	dificil	22.23	Portugal	43.39	soci+	24.50
filho+	8.25	não_facil+	19.31	papel	32.22	discriminaç+	24.12
organiz+	7.30	reuni+	19.31	processo	26.71	igualdade+	19.17
forma+	7.00	direito+	15.37	pais+	21.26	evolu+	15.12
acontec+	6.06	trabalh+	12.76	elemento+	20.69	resposta+	14.79
modelo+	6.05	lista+	11.47	causa+	15.50	resto	14.79
lógica+	4.64	necessidade+	10.77	raz+	13.27	actividade_política	14.33
mascul+	4.36	participação_política	10.77	século+	10.48	capaz+	14.33
funciona+	3.60	mulher+	7.88	domin+	7.31	condic+	12.13
partido_político	3.60	normal+	7.78	mais_tarde	5.76	desigualdade+	9.67
permit+	3.60	Assembleia	7.18	ano+	3.84	fundament+	9.67
responsabilidade+	2.85	lugar+	7.18	femin+	2.82	problema+	8.29
condicionalismos	2.41	tem_sair	7.18	lmach+	2.17	democracia	8.22
familiares	2.41	cuidar_casa	4.71	mud+	2.82	lei_paridade	6.67
organização_sociedade	2.41	casa+	2.07	mentalidade+	2.17	particip+	5.45
<i>Variáveis</i>		<i>Variáveis</i>		<i>Variáveis</i>		<i>Variáveis</i>	
*f	9.94			*m	5.59	*avaliacao_sit	21.56
*justifica_sit	8.87					*m	9.58
*direita	2.32					*esquerda	3.84
O espaço público, do poder, é dos homens		Défice de género provocado pelos homens, mulheres, sociedade e política		Factores históricos e culturais: o paradoxo português		É um défice democrático reflexo do défice social	

Figura 4 - Estrutura Temática dos discursos dos deputados e das deputadas

⁴³ Resultou uma análise efectuada com 66.99% do *corpus* de dados inicial.

A classe 1 - *O espaço público, do poder, é dos homens* - concentra 45.85% das UCE's⁴⁴ seleccionadas do *corpus* analisado. As dimensões e conteúdos que emergem desta classe remetem essencialmente para a *justificação da situação* de sub-representação das mulheres na política por parte das *deputadas* e da *direita*. Contudo, a fraca expressividade estatística das variáveis aponta no sentido de alguma generalização destes discursos a toda/os.

Assim, salientam o papel da cultura e a reprodução do modelo aristotélico, tendo o espaço público sempre sido associado aos homens e o espaço privado às mulheres, desde as sociedades colectoras (onde estava em causa a força física) até aos nossos dias, continuando as mulheres a desempenhar diversas actividades. Por isso, a política e as estruturas dos partidos são muito masculinas, como ilustram as seguintes UCE's⁴⁵:

“tem a ver com a ausência das mulheres na cena pública durante séculos. Por esse facto, os partidos políticos são estruturas muito masculinas, ainda, hoje. Mas, não é só os partidos políticos, os partidos políticos e a própria organização da sociedade, os partidos políticos e as pessoas dos partidos políticos não vêm de Marte, não vêm de Júpiter, são deste planeta mesmo.” (f, esquerda)

“as mulheres estão ultra sobrecarregadas, porque foram acumulando chapéus. Enquanto os homens... isso eu vejo aqui, eu estou sempre a ver como é que consigo poupar 10 minutos para ir ao supermercado comprar leite que falta e não sei quê... eles, não, lêem os jornais e vão almoçar. Mas, como digo, eu penso que isto é um período de transição.” (f, direita)

Outra das razões apontadas para a dificuldade de as mulheres chegarem à política prende-se com o poder. Tratando-se de um mundo de poder, não interessa aos homens abrirem as portas às mulheres, cedendo-lho:

“os homens não querem ceder poder, nem mesmo às mulheres, não é? Portanto, estamos a falar de poder, há aqui um problema de cedência de poder.” (m, direita)

Outra dimensão que também emergiu nesta classe, embora com uma fraca expressividade, diz respeito à responsabilidade que atribuem às mulheres relativamente à situação:

“eu penso que esta mentalidade está-se completamente a esbater, isto está-se completamente a esbater. Agora, pior que a responsabilidade dos homens, é a responsabilidade das mulheres, com toda a sinceridade” (m, direita)

⁴⁴ As UCE's referem-se à unidade de análise que a metodologia *Alceste* operacionaliza e corresponde à ideia de frase ou parágrafo, sendo nesse contexto que a co-ocorrência de palavras é identificada.

⁴⁵ Estas UCE's foram seleccionadas através do processo de análise *Alceste*, constituindo exemplos representativos das dimensões que integram cada uma das classes lexicais. Devido ao próprio automatismo da metodologia, não é possível identificar, com precisão, as especificidades sócio-demográficas da/os que as verbalizaram. Por isso, e como conhecemos muito bem os dados, identificámo-los pessoalmente.

A classe 3 - *O défice de género é provocado pelos homens, mulheres, sociedade e política* - concentra 20,98% das UCE's e é transversal a todas as variáveis, existindo uma generalização dos discursos em torno de outros factores que também podem contribuir para o défice de género. Emergem discursos em como a entrada das mulheres na política tem sido difícil devido aos homens, às mulheres, à sociedade e à forma como a política está organizada.

Assim, atribuem “culpa” aos homens, porque estes não cedem o lugar às mulheres e vêem-nas como intrometidas:

“Na política, é preciso ceder o lugar a alguém. É que, para entrar para lá uma mulher, tem de sair um homem. E esta é a questão de fundo (...) aqui, é preciso sair um homem, e os homens não querem abandonar esses lugares.” (f, esquerda)

Atribuem “culpa” às mulheres, porque, ao contrário dos homens, não se empenham, não participam. Apesar da evolução, elas não se sentem bem num mundo que ainda é de homens:

“quando temos que fazer listas, normalmente, integramos as listas quer sejam ao nível rural, das freguesias, quer sejam ao nível das câmaras, quer seja ao nível de deputados, é sempre muito difícil, porque, por exemplo, numa Assembleia (...) se colocarmos só uma mulher, isso é difícil, é certo e sabido que a perdemos, ela nunca vai, nunca participa. Pode ir na lista, mas não vai, não se sente bem numa reunião só de homens. Portanto, nós temos que pôr duas, ou três. Enquanto que o homem é capaz de participar na política de forma espontânea, a mulher diz “olhe, deixe-me pensar, tenho de perguntar primeiro” (m, direita)

“Culpa” a sociedade, que continua machista, parecendo esquecer-se de que em situações de crise, recorreu sempre às mulheres. Salientam os obstáculos que as mulheres a enfrentam, desde a relevância do estatuto, ao facto das mulheres terem que provar que são melhores do que os homens para conseguirem atingir cargos de direcção, devido à não aplicação das leis:

“eu estou num estrato sócio-cultural, socioprofissional e socioeconómico em que posso fazer isto, mas há mulheres portuguesas que, mesmo que o queiram, não o poderão fazer (...) se eu fosse uma mulher que trabalhasse num hipermercado, que recebesse 400 euros de salário mínimo nacional, e que o meu marido também, se tivesse dois, ou três filhos, eu não podia ser deputada.” (f, esquerda)

“uma mulher, para ultrapassar um homem, tem que ser melhor do que ele no mundo da política e, admito, que no mundo do trabalho.” (m, esquerda)

Numa última dimensão, bastante ténue, é atribuída “culpa” à própria organização política:

“porque não estão a criar as condições para que as mulheres tenham tempo para se dedicar à política, porque, muitas vezes, a política não é fácil. Não é fácil para as mulheres, porque,

normalmente, as reuniões são aos fins-de-semana, fora de horas, portanto, isso não é facilitador.” (m, esquerda)

A **classe 2 - Factores históricos e culturais: o paradoxo português** - concentra 16.10% das UCE's, sendo os deputados (*m*) a contribuir mais para estes discursos. Porém, como a sua contribuição é bastante ténue, aponta no sentido de alguma generalização destes discursos às deputadas.

Ao procurarem *avaliar e justificar o défice de género* existente na política, emergem várias dimensões, salientando, sobretudo factores históricos e culturais, que consideram ser transversais a todas as sociedades, existindo ainda um atraso civilizacional e cultural em Portugal, apesar da evolução dos últimos 30 anos:

“é uma questão histórica. É uma questão de atraso civilizacional e cultural. Como lhe disse, desde a Revolução Francesa que, embora houvesse mulheres com um grande papel na Revolução Francesa, é uma revolução masculina.” (m, esquerda)

“tem a ver com a atitude cultural e tem a ver com a própria organização da sociedade e a distribuição de papéis que, durante uns tempos, existiu.” (m, esquerda)

É salientado o facto de vivermos em democracia há relativamente pouco tempo e que, apesar dos avanços verificados, se trata de um período de transição que é mau para as mulheres, porque, para além de entrarem na esfera pública, continuam a realizar a maior parte das tarefas relativas à esfera privada:

“acho que tem duas explicações, e, em todo o caso, o tempo se encarregará de ultrapassar estas duas causas. Uma, que é mais antiga que se prende com o facto de nós termos uma democracia muito recente (...) não é nada, em termos de história, nada. A segunda razão, é porque, de facto, as mulheres, neste momento de transição, essencialmente de transição, tem o pior dos dois mundos, ou seja, ainda lhes é atribuído, naturalmente e culturalmente, a atribuição de determinadas funções.” (f, direita)

Também é salientada a circunstância particular e injustificada de Portugal, em que as mulheres sempre tiveram um papel importante ao longo da história (e.g., na sustentação do país na retaguarda da Epopeia dos Descobrimentos, na Inquisição, na Industrialização, na primeira guerra mundial e na guerra colonial), fazendo desta situação um espécie de paradoxo:

“isto tem uma realidade histórica que perpassou em todas as sociedades, ou quase todas as sociedades, uma circunstância que em Portugal é particular e injustificada, ou seja, este país não se devia chamar ‘pátria’, mas ‘mátria’, de facto...” (m, esquerda)

Os discursos são bastante heterogéneos. Se existem optimistas que consideram tratar de uma situação que vai mudar:

“Mas acho que isto está a mudar, felizmente, acho que há uma cultura de mudança. E o poder das mulheres e uma nova situação, e o papel das mulheres na democracia, vai alterar completamente a República, a democracia, de forma a alterar tudo.” (m, esquerda)

Também existem os menos optimistas que consideram que a mudança não vai ser assim tão rápida, estando subjacente a este discurso a insuficiência da Lei da Paridade:

“a alteração disto é uma coisa morosa, não se vai dar de forma rápida, não se dá por artifício, por uma varinha de condão. Naturalmente que há elementos que podem contribuir para alterar, ou contribuir para alterar, mas isso não se dá, assim, do pé para a mão.” (m, esquerda)

“Há, ainda, muita coisa a fazer. Acho que se deve muito a uma mentalidade enraizada, em Portugal, de machismo profundo de que o homem domina.” (f, esquerda)

A classe 4 - **É um défice democrático, reflexo do défice social** - é constituída por 17.07% das UCE's classificadas e as dimensões emergentes reportam-se essencialmente à *avaliação da situação* por parte dos *deputados* e da *direita*.

A dimensão que mais se destaca remete para a ideia de que a política não está isolada da sociedade, como uma ilha, é antes um reflexo dela e da discriminação fundamental que existe nas relações sociais:

“a nossa sociedade está perene de injustiças e essa é uma delas. A nossa sociedade é uma sociedade marcada pela desigualdade, seja ela em função da condições económicas, seja ela em função da condições sociais, seja ela em função da condições físicas e, também, em função da condição biológica de cada um. (...) E, portanto, essa é mais uma das desigualdades que grassam a nossa sociedade. No mundo da política, também não há condições de igualdade na participação. As condições de igualdade entre géneros, que não há no resto da sociedade, também não há na política.” (m, esquerda)

Outra dimensão remete para o facto do défice de género ser uma situação ilegítima, um défice democrático, defendendo uma democracia paritária, embora haja um sentimento positivo quanto à resolução da situação, nomeadamente, devido à Lei da Paridade:

“é uma ilegitimidade. É uma situação ilegítima, do ponto de vista democrático. E foi o facto de continuar a existir uma grande diferença, em termos da percentagem de participação de homens e mulheres na política que me levou a ‘amadrinhar’, que a não a apadrinhar, a questão da Lei da Paridade.” (f, esquerda)

Outra dimensão, embora pouco expressiva, remete para o facto do défice de género ser fruto da aplicação deficiente das leis. Assim, caso as mulheres estejam interessadas e consigam enfrentar os sacrifícios, devem lutar para ultrapassarem os obstáculos:

“temos que ser sérios e saber que, se em termos daquilo que está legislado, temos igualdades, naquilo que é a prática social dos governos e da democracia, estamos longe da igualdade.” (f, esquerda)

“se ela gostar assim tanto do exercício da cidadania e da política, e for capaz de aceitar esses sacrifícios, ela lutará por encontrar respostas adequadas.” (f, esquerda)

Discussão dos resultados e conclusão

Dos discursos do/as deputado/as salientam-se sobretudo as razões que fundamentam a existência do défice de género na política ainda hoje.

A principal razão que surge na *classe 1*, essencialmente por parte das *deputadas* e da *direita*, é a cultura e a reprodução do modelo aristotélico, em que a associação do espaço público aos homens e do espaço privado às mulheres tem mantido o mundo da política muito masculino. Consideram que este modelo sempre serviu os “interesses dos homens”, numa lógica de que o poder está no espaço público e, principalmente, na política, não lhes interessando abrir as portas às mulheres, o que é percebido como uma cedência de poder. De facto, noutra análise que efectuámos⁴⁶, mostramos que as mulheres são percebidas como uma ameaça para os homens e para o sistema. Esta questão volta a ser apontada na *classe 3*, em que a razão central e generalizada entre a/os deputada/os é que a entrada das mulheres na política tem sido bastante difícil por “culpa” dos *homens* (que não cedem o lugar e vêem-nas como intrusoras), das *mulheres* (por não se empenharem suficientemente), da *sociedade*, que ainda é machista (para além da importância do estatuto sócio-económico, esquece-se do papel central que das mulheres na história; exige que elas provem que têm mais competências do que eles nalguns domínios); e da organização *política*.

⁴⁶ SANTOS, Maria Helena (2008). “Trajectórias políticas das mulheres, em Portugal: Alguns dados preliminares”, *VI Congresso Português de Sociologia - Mundos sociais: Saberes e práticas*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Na *classe 2*, as razões fundamentais apontadas, sobretudo pelos *deputados* e pela *esquerda*, são os factores históricos e culturais. Salientam o atraso civilizacional e cultural de Portugal, uma democracia bastante jovem. Apesar da evolução verificada desde o 25 de Abril, trata-se de um período de transição que é negativo para as mulheres, visto que, embora tenham entrado na esfera pública, continuam a gerir a esfera privada, ou seja, “acumulam vários chapéus”. Destacam o paradoxo desta situação, uma vez que as mulheres tiveram um papel central na nossa história de Portugal, que se devia chamar “Mátria” e não “Pátria”, como dizia Natália Correia. Os discursos são bastante heterogéneos quanto à resolução do défice de género, estando subjacente a Lei da Paridade: uns são menos optimistas e consideram que a mudança vai ser lenta, que não se dá por artifícios, e outros são optimistas e pensam que a situação se vai resolver a curto prazo, discurso que se volta a repetir na *classe 4*. Nesta, o défice de género é apontado com uma situação ilegítima, um défice democrático que é o reflexo das desigualdades existentes na sociedade, que não aplica as leis existentes. Face a esta realidade repleta de obstáculos, resta às mulheres, que estejam interessadas por política, lutar para os transpor.

Como esperávamos, ao procurarem fundamentar o défice de género, a/os deputada/os sugerem uma panóplia de razões/obstáculos à entrada das mulheres na política, situados a vários níveis (e.g., factores culturais, históricos, socioeconómicos, institucionais, ideológicos e psicológicos). Apesar de haver uma consciencialização quanto à existência de um défice de género na política, os discursos são bastante heterogéneos, possivelmente devido aos debates em torno do Sistema de Quotas e da Lei da Paridade. Este resultado parece-nos importante, dado ilustrar o carácter, de certa forma, partilhado dos obstáculos de género. Mas, apesar dessa consciencialização, há uma certa individualização dos processos de discriminação grupal⁴⁷, ao responsabilizarem as mulheres da sua própria situação de sub-representação na política (i.e., culpam a vítima). Nesta perspectiva, cabe às mulheres o dever de lutar e provar que têm mérito, pelo que subjaz o pressuposto de a meritocracia constituir o único critério para o sucesso. Porém, como vimos num estudo com jovens universitária/os, trata-se de uma ilusão da meritocracia, porque a avaliação do mérito não é neutra, mas influenciada, nomeadamente, pela ideologia de

⁴⁷ Amâncio, Lígia (2004). Percepção da discriminação e da justiça. Novos desafios na pesquisa psicossociológica. In Anne COVA, Natália RAMOS & Teresa JOAQUIM (Orgs.), *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta, pp.333-342.

género⁴⁸. Também existe, nestes discursos, uma *psicologização* da história e da sociedade, ou seja, verifica-se uma visão naturalista da desigualdade (e.g., “é a sociedade que é assim!”), uma desresponsabilização individual face à mudança (fazem atribuições externas, atribuindo a “culpa” aos outros) e uma assimilação do discurso das Ciências Sociais ao psicologismo do senso comum (a sociedade são indivíduos não processos sociais). Em suma, estamos perante uma visão que mantém o *status quo*, porque alimenta ideias e crenças pré-concebidas com o conhecimento científico, colocando o/as autore/as dos discursos “fora” da sociedade e naturalizando os processos sociais.

⁴⁸ SANTOS, Maria Helena (2004). Género e Política: Uma análise psicossociológica das reacções às acções positivas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional. Diploma de Estudos Europeus Avançados de Psicologia Social. Manuscrito não publicado, ISCTE, Lisboa.